

DISCRIMINAÇÃO

QUARTIÇÕES

Quartel General	
Escolas e Centros de Instrução	
Infanteria	1.º Batalhão de Caçadores .. 2.º Batalhão de Caçadores .. 3.º Batalhão de Caçadores .. 4.º Batalhão de Caçadores .. 5.º Batalhão de Caçadores .. 6.º Batalhão de Caçadores .. 7.º Batalhão de Caçadores .. 8.º Batalhão de Caçadores .. 9.º Batalhão de Caçadores .. 10.º Batalhão de Caçadores .. 11.ª Companhia Independente .. 12.ª Companhia Independente .. 13.ª Companhia Independente .. 14.ª Companhia Independente .. 15.ª Companhia Independente .. 16.ª Companhia Independente .. 17.ª Companhia Independente .. Contingentes Especiais ..
Cavalaria	Regimento de Cavalaria .. Esquadra Escolta ..

São Paulo
São Paulo
São Paulo
Itapecerica do Sul
Itapecerica do Sul
Santos
Sorocaba
Campinas
Cruzeiro
Mogi-Mirim
Jaboticabal
Três Rios
Rio Preto
Assis
Varzea Paulista
São Paulo
São Paulo

(*) LEI N. 2.595, DE 14 DE JANEIRO DE 1937

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica declarada de utilidade pública, para o fim de ser desapropriada, nos termos da legislação em vigor, uma faixa de terreno que possui a área total de seiscentos e setenta e cinco metros quadrados (675 m²), situada no segundo distrito de paz da cidade de Santos, entre a avenida Conselheiro Nobre, junto ao prédio n.º 603, e rua Oswaldo Cruz, mede cento e trinta e cinco metros (135 ms.) de comprimento, por cinco (5 ms.) de largura, e pertence, segundo consta, a Rosa Maço Ribas.

Artigo 2.º — Para tornar efectiva a desapropriação de que trata o art. 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a realizar as operações de crédito que forem precisas.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de janeiro de 1937.

J. J. CARDOSO DE MELLO NETO
Candidato de Moura Campos
Sylvio Portugal
Clóvis Ribeiro

Publicada na Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, aos 14 de janeiro de 1937.

A. Mello de Almeida Filho,
Director Geral.

(*) — Publicada novamente por ter sahido com incorrecções.

LEI N. 2.596, DE 15 DE JANEIRO DE 1937

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por via amigável e pelo preço de 144:000\$000 (cento e quarenta e quatro contos de réis), em moeda corrente nacional, ou em títulos de dívida pública estadual, um terreno com a área total de 1.350 ms.3 (mil trezentos e cinquenta metros quadrados), bem como as benfeitorias que nelle se encontram, situado a rua Olinda s/n., distrito da Consolação, município o comarca da Capital, pertencente a Sociedade de Instrução Popular e Beneficente de Ytu, necessário ás obras de construção do novo edificio do Gymnasio do Estado.

Artigo 2.º — Para os effeitos do art. anterior, fica autorizado o Poder Executivo a abrir, no Thesouro do Estado, em favor da Secretaria da Viação e Obras Públicas, os créditos precisos.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 15 de janeiro de 1937.

J. J. CARDOSO DE MELLO NETO
Candidato de Moura Campos
Sylvio Portugal
Clóvis Ribeiro
Raulinho Pinheiro Lima

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Viação e Obras Públicas, aos 15 de janeiro de 1937.

(a) Mario da Veiga,
Servindo de Director Geral.

LEI N. 2.597, DE 15 DE JANEIRO DE 1937

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica, no Departamento de Industria Animal, e subordinada á sua terceira secção, creada uma estação experimental de sericicultura, na cidade de Limeira.

Paragrapho unico — Utilizar-se-á, para esse fim, um terreno que a Prefeitura Municipal de Limeira doou ao Estado, e a que se refere a lei n.º 2.662, de 16 de setembro de 1936.

Artigo 2.º — Será o seguinte o pessoal da estação:
1 sub-inspector;
1 mestre de culturas;
1 segundo escripturario;
1 servente.

Paragrapho unico — Terão os vencimentos constantes da tabella annexa.

Artigo 3.º — Para as despesas de installação do estabelecimento creado por esta lei, e para o pagamento do pessoal do seu quadro, em 1937, fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Thesouro do Estado, á Secretaria dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio, um credito especial de cento e cinquenta contos de réis (150:000\$000).

Artigo 4.º — O Secretario da Agricultura bahará as instrucções a que fica sujeita a estação de sericicultura de Limeira.

Artigo 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 15 de janeiro de 1937.

J. J. CARDOSO DE MELLO NETO
Valentim Gentil
Clóvis Ribeiro

Publicada na Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio, aos 15 de janeiro de 1937.

José de Fátima Castro
Director Geral em commissão

LEI N. 2.598, DE 15 DE JANEIRO DE 1937

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica transformada em Escola de Conductores de Servicos Agricolas José Bonifácio, o actual Apprendizado Agrícola José Bonifácio, sito no municipio de Jaboticabal e subordinado á Secretaria da Agricultura, Industria e Commercio.

Artigo 2.º — Essa Escola se destina á formação de conductores de trabalhos rurais e receberá de preferéncia, como alumnos, os filhos de proprietarios rurais, de trabalhadores de campo e de operarios da industria agricola.

Artigo 3.º — A Escola terá caracter regional e occupar-se-á em diffundir os methodos aperfeiçoados das culturas agro-pecuarias e dos ramos da industria rural mais disseminados na região, bem como de outras actividades que possam mais tarde constituir exploração lucrativa, no campo, dadas as condições favoraveis do ambiente.

Artigo 4.º — O curso escolar completo será de tres annos, com caracter eminentemente pratico e applicado; dividir-se-á em cinco secções principaes, a saber:

I — AGRICULTURA, comprehendendo:
a) — melhoramento do solo (methodo de combate á erosão);

b) — elementos de hortas e jardins, silvicultura, fructicultura, (canteiros, viveiros e transplantações definitivas);

c) — grandes culturas;

d) — combate ás pragas;

II — ZOOTECHNIA, comprehendendo:

a) — apicultura;

b) — sericicultura;

c) — avicultura;

d) — leiteria;

e) — grandes animaes domesticos;

f) — tratamento dos grandes animaes, no estabulo e no campo; vacinação, castração e os demais cuidados.

III — NOÇÕES DAS INDUSTRIAS AGRICOLAS, comprehendendo o estudo dos methodos applicaveis á pequena industria rural de:

a) — assucar e amilonearias;

b) — oleos e graxas;

c) — conservas;

d) — productos de fermentação.

IV — ADMINISTRAÇÃO AGRICOLA, comprehendendo:

a) — standardização e padronização dos productos agricolas;

b) — mercados e transportes;

c) — credito agricola;

d) — cooperativismo;

e) — classificação do café, algodão e outros;

f) — acondicionamento;

g) — administração de propriedade agricola (escripturação, livro ponto, borrador, contas correntes, registro da distribuição da despesa).

V — OFFICINAS, comprehendendo:

a) — carpintaria;

b) — ferraria, serralheria e maquinas agricolas;

c) — sellaria;

d) — desenho tecnico.

Paragrapho 1.º — A distribuição das materias será feita de maneira a permitir que cada anno da Escola constitua um curso independente, com direito ao certificado respectivo.

Os cursos se seguirão de maneira a completar e aperfeiçoar o anterior.

Paragrapho 2.º — Haverá tambem aulas de hygiene e prophylaxia rural e de educação physica, para todos os alumnos.

Artigo 5.º — O curso da Escola far-se-á no regime de internato e de semi-internato, entendendo-se por este a obrigação de fornecer o estabelecimento uma refeição diaria aos alumnos reservando-se tal tratamento, de preferéncia, aos alumnos residentes no municipio.

Paragrapho Unico — Uma quarta parte das vagas será reservada aos candidatos do municipio, sede da Escola, percentagem que poderá ser augmentada, a juizo do Secretario da Agricultura, si o numero dos candidatos da região for inferior á lotação.

Artigo 6.º — Para a matricula nos cursos regulares, o interessado se submeterá a um exame de admissão, equivalente ao preparo do 1.º anno do grupo escolar.

Paragrapho 1.º — O pedido de inscricção a esse exame, que constará de requerimento commum encaminhado ao director da Escola, será instruido com as provas:

a) — de sanidade e capacidade physica, mediante atestado do medico do estabelecimento;

b) — certificado de conclusão do curso primário, seja — de grupo escolar, escola isolada do Estado, ou de estabelecimento de ensino particular, legalmente reconhecido;

c) — de boa conducta, mediante declaração de autoridade judicial ou policial, ou ainda estabelecimento educativo idoneo, que o candidato haja frequentado no anno anterior;

d) — de haver completado quinze (15) annos de idade.

Paragrapho 2.º — Destinando-se a Escola, de preferéncia, aos filhos de pequenos e médios proprietarios territoriaes, de trabalhadores e obreiros agricolas, os cursos serão inteiramente gratuitos.

Paragrapho 3.º — E' obrigatoria a frequéncia diaria eliminando-se o alumno que der, no correr do anno lectivo, falta faltas, computando-se uma falta por sessão a que deixar de comparecer ou der, dez faltas numa só sessão, exceptuando-se o caso de molestia, verificado pelo medico do estabelecimento.

Paragrapho 4.º — As aulas, que terão cunho exclusivamente pratico, serão distribuidas em dois periodos, uma pela manhã e outra á tarde, em horas e local estabelecidos pelo director, e o anno escolar irá de 1.º de Agosto a 30 de Junho, com interrupção para as férias do fim do anno, de 21 de dezembro a 15 de Janeiro.

Paragrapho 5.º — Todos os alumnos da Escola são obrigados ao trabalho, de accordo com o systema das escolas profissionais.

Artigo 7.º — O curso de revisão de materias de portuguez, mathematica elemental, historia do Brasil, geographia, principalmente economica, noções de sciencias physicas e naturaes, noções de hygiene e prophylaxia rural, desenho tecnico, trabalhos manuaes e educação physica, será facultativo.

Paragrapho 1.º — Nomear-se-ão para a regencia desse curso professores normalistas, formados no regime de quatro ou mais annos, e que se hajam distinguido por trabalhos escriptos acerca do ensino rural.

Paragrapho 2.º — As classes do curso terão, no maximo, quarenta alumnos, e orgão-se-ão em clube de trabalho.

Paragrapho 3.º — As aulas de hygiene e prophylaxia rural, desenho tecnico e educação physica, serão ministradas pelos professores do curso regular, nos quaes se abonará gratificação á parte, por aula semanal.

As aulas de trabalhos manuaes, que serão diarias, deverão realizar-se nas diversas secções da Escola, dando-se aos alumnos liberdade de escolha, de accordo com a preferéncia de cada um.

Artigo 8.º — Em qualquer tempo, a juizo do director da Escola, poderão ser admittidos alumnos para cursos livres, nas varias especializações dos cursos regulares.

Paragrapho 1.º — Uma vez feito o curso livre, fornecer-se-á ao alumno atestado de frequéncia.

Paragrapho 2.º — Para a matricula no curso livre, será exigida a idade minima de dezesseis (16) annos, prova de possuir instrução equivalente do segundo anno do curso primário e demais requisitos estabelecidos no artigo 5.º, § 2.º.

Artigo 9.º — A Escola de Conductores de Servicos Agricolas José Bonifácio terá o seguinte pessoal:

1 director, do livre nomeação do Governo, escolhido entre os engenheiros agronomos diplomados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, e que se haja distinguido pelos seus pendoros educacionais;

1 professor para cada uma das secções de agricultura, zootecnia, noções das industrias agricolas e administração rural, portador do mesmo titulo acima — critico;

1 professor adjunto para cada uma das secções acima mencionadas, possuidor de titulo profissional — identico;

1 professor de hygiene e prophylaxia rural, que será, ao mesmo tempo, e medico do estabelecimento;

1 professor de desenho tecnico, possuidor de diploma expedido por estabelecimento offical do Estado;

1 professor de educação physica, portador do titulo concedido pela Escola de Educação Physica desta Capital;

1 professor normalista;

1 mestre para cada officina existente na Escola, que deve possuir o diploma das escolas profissionais secundarias do Estado;